

Evidenciação de indicadores de sustentabilidade de empresas de Santa Catarina

Resumo

O estudo teve por objetivo comparar a evidenciação de indicadores de sustentabilidade das empresas de capital aberto de Santa Catarina, a partir das informações dos relatórios de sustentabilidade do ano de 2017. Metodologicamente a pesquisa é descritiva, realizada por meio de análise documental, caracterizada como multicase e abordagem de cunho qualitativo, considerando 10 empresas de capital aberto de Santa Catarina. A análise considerou 26 indicadores de sustentabilidade do *Global Reporting Initiative*, e os dados foram coletados nos relatórios de sustentabilidade do ano de 2017 publicados pelas empresas. A análise considerou cinco conjunto de indicadores: (i) perfil organizacional, (ii) econômicos, (iii) de recursos humanos, (iv) sociais; (v) ambientais. Os resultados destacaram que o nível da divulgação dos indicadores analisados é disperso, não existe um padrão de evidenciação das informações, dificultando a análise e a comparação entre as empresas, no entanto, observou-se evidenciação de ações e práticas socioambientais, além dos investimentos com preservação dos recursos naturais, especialmente nos locais de inserção das empresas. Entre os indicadores observados as empresas Celesc, Celulose Irani e Engie Brasil, apresentaram níveis de evidenciação de 92%, 91% e 90% respectivamente. No aspecto social e recursos humanos percebeu-se carência de evidenciação pelas empresas JBS, Tupy e Casan, que foram as empresas com os menores níveis de evidenciação 47%, 58,50% e 60,50% respectivamente. De forma geral o estudo destaca a importância da evidenciação das informações relacionadas às práticas corporativas voltadas aos aspectos sociais, ambientais e econômico-financeiros, bem como dos relatórios de sustentabilidade.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade; Práticas de Sustentabilidade; Passivos ambientais.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade.

1 Introdução

O impacto causado pelas atividades econômicas das organizações tem prejudicado demasiadamente o meio ambiente (Hahn, Rezende, & Nossa, 2010). Para Lima (2009), as empresas necessitam crescer e, dessa forma, precisam cuidar de seus investimentos e das relações com os *stakeholders*. Além disso, a sociedade, o governo e o mercado estão mais exigentes em relação ao comprometimento das empresas com o desenvolvimento sustentável.

Isto contribuiu para que as companhias passassem a divulgar com mais transparência os seus processos produtivos alinhados com a preservação do meio ambiente, sendo que os consumidores passaram a dar preferência por estas empresas, tornando a responsabilidade social das organizações uma vantagem competitiva (Hahn *et al.*, 2010). A divulgação socioambiental compreende, desse modo, informações de caráter ambiental que são divulgadas, obrigatoriamente ou de forma voluntária, pelas empresas em seus relatórios, procurando atender à necessidade dos

Realização:



stakeholders, ou até mesmo de intensificar sua reputação corporativa (Almeida-Santos, Vargas, Almeida, & Lavarda, 2012).

Segundo Barbosa, Leismann e Johan (2015), sustentabilidade é um antigo termo originado de conhecimento técnico na agricultura no século XIX, sendo a palavra sustentável derivada do latim *sus-tenere*. Porém a preocupação com a sustentabilidade e o interesse pelo tema deve-se principalmente ao processo de degradação do meio ambiente e dos recursos naturais, provocada pelo acelerado crescimento econômico e populacional ocorrido no século XX.

Diniz e Callado (2017) indicam que as empresas que praticam a sustentabilidade buscam beneficiar a todos os agentes que se encontram ao seu redor, agindo de forma consciente minimizando impactos negativos das suas atividades. De acordo com Lana, Bernardo, Nazareth, & Mendonça (2011) a realização de ações sociais voltadas para a comunidade e consequentemente, a divulgação dessas ações por meio de relatórios ganhou destaque e tornou-se lei em diversos países europeus. Surgem, então, os primeiros relatórios de sustentabilidade ou balanço social, os quais são norteados por Institutos com fins sociais.

A *Global Reporting Initiative* (GRI), beneficia as empresas e os governos por meio de um modelo de relatório de sustentabilidade, aceito e reconhecido mundialmente, atuando na forma de comunicar o impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social (GRI, 2017). Isso permite que ações reais criem benefícios sociais, ambientais e econômicos para todos. Os padrões de relatórios de sustentabilidade da GRI são desenvolvidos com contribuições de múltiplas partes interessadas e estão enraizados no interesse público (Munck, 2013).

Lana *et al.* (2011), destacam que as empresas buscam evidenciar informações para causar impacto positivo junto aos investidores, num mercado cada vez mais competitivo por fontes de investimento, e junto aos consumidores, cada vez mais conscientes da sua capacidade de cobrança. Apesar disso, ainda não há obrigatoriedade na publicação dessas informações, tão pouco não há consenso sobre o conteúdo e a sua forma de apresentação no Brasil. Todavia, observa-se um volume significativo de informações publicadas, o que está associado com o aumento da importância dos relatórios de sustentabilidade nos últimos anos.

Pesquisas como a de Moraes, Pereira, Milani Filho e Kerr (2014), Nossa, Rodrigues e Nossa (2017), Peixoto, Santos e Luz (2017), Kneipp, Gomes, Bichietti, Müller, e Motke (2018), Sales, Rover e Ferreira (2018) e Carvalho Filho, Pimentel, Bertino, e Oliveira (2018), apresentavam como objeto de estudo práticas de sustentabilidade e evidênciação de gastos relacionados às informações ambientais, bem como, sua relação com o desempenho financeiro e socioeconômico em empresas e entidades de diversos setores da economia.

De forma geral, nos últimos anos as entidades têm optado por enaltecer a questão da sustentabilidade, há muita informação sendo publicada e o nível de evidênciação vem melhorando, principalmente quando as empresas se sujeitam a participar de algum tipo de certificação com objetivo de ganho econômico e maior participação no mercado. Por outro lado, ainda há muito o que melhorar, no formato das informações contidas nos relatórios, visando facilitar a análise e entendimento dos usuários das informações (Moraes *et al.*, 2014, Nossa *et al.*, 2017, Peixoto *et al.*, 2017, Kneipp *et al.*, 2018), Sales *et al.*, 2018, Carvalho Filho *et al.*, 2018).

Diante deste contexto, a problemática norteadora desta pesquisa é: Qual o nível de

Realização:



evidenciação dos indicadores de sustentabilidade das empresas de capital aberto de Santa Catarina? Desse modo, o objetivo geral do estudo consiste em comparar a evidenciação de indicadores de sustentabilidade das empresas de capital aberto de Santa Catarina, a partir das informações dos relatórios de sustentabilidade do ano de 2017.

A relevância do estudo se justifica pelo contexto das discussões acerca da temática da sustentabilidade empresarial, visando contribuir com a análise das informações a partir dos relatórios de sustentabilidade. Pondera-se que os indicadores da GRI apoiam empresas, públicas e privadas, independente do porte, na busca por melhorias de práticas (em relação ao meio ambiente e a sociedade), além de busca pelos resultados econômicos, melhorando a reputação e fortalecendo a confiança com os usuários das informações (GRI, 2017).

2 Revisão de literatura

2.1 Sustentabilidade organizacional

A sustentabilidade organizacional é também compreendida como uma série de políticas interligadas às atividades organizacionais e às tomadas de decisões com o objetivo de garantir que as organizações maximizem os impactos positivos de suas atividades em relação à sociedade, e ainda, que as mesmas exerçam suas atividades por métodos que contemplem a imprescindibilidade de suprir ou exceder as expectativas éticas, legais, comerciais e públicas que as sociedades possuem em relação a elas (Munck & Souza 2012).

O tema sustentabilidade ganhou importância nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à preservação e recuperação do meio ambiente. Este fato deve-se principalmente as mudanças climáticas, as catástrofes ambientais e a escassez de recursos naturais indispensáveis à sobrevivência humana, fauna e flora, impactando diretamente na cadeia produtiva e na sociedade (Philippi, 2001).

Segundo Dias (2015), o conceito de sustentabilidade é definido como o objetivo pretendido pelo desenvolvimento sustentável, ou seja, que apoia princípios de equidade e responsabilidade social, sendo a equidade essencial para a sustentabilidade. Também deve ser entendido como um processo de tomada de decisão, de forma de pensar, uma filosofia ética.

Sendo assim, a sustentabilidade pode ser entendida como a construção da sociedade em um equilíbrio harmonioso entre os interesses econômicos, sociais e ambientais. Para as empresas, ela deve ser entendida de tal forma que proporcione a expansão e crescimento econômico, prestígio e reputação corporativa, um bom relacionamento com os clientes e alta qualidade dos produtos. É também perseguir práticas comerciais éticas, criando empregos sustentáveis, criando valor para todas as partes interessadas da empresa e atendendo às necessidades dos carentes (Székely & Knirsch, 2005).

Os primeiros movimentos em prol do desenvolvimento sustentável ocorreram entre os anos de 1968 e 1969, onde ambientalistas promoveram uma série de eventos nos Estados Unidos assinalando um profundo mal-estar da população em relação às formas tradicionais. Em 1969 constitui-se uma organização ambientalista de caráter mundial chamada de “Amigos da Terra” (Dias, 2015). A partir desse marco, surgiram outras organizações e movimentos em prol da temática ambiental, da exploração predatória dos recursos naturais e da poluição do planeta. Essas organizações foram evoluindo com o passar dos anos e em sintonia com o avanço das tecnologias

Realização:



foram aperfeiçoando a forma de transmitir as informações relacionadas ao tema, tornando-se cada vez mais abrangente e rápida (Dias, 2015).

As preocupações com a preservação das funções ambientais, para minimizar as externalidades ambientais negativas das atividades econômicas, ao prol das futuras gerações e da sustentabilidade do planeta, são destacadas no Relatório Brundtland (1987), o qual formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável, tal relatório oriundo da Comitê organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), enfatiza a necessidade de indicadores para evidenciar as preocupações com o desenvolvimento sustentável do planeta (Kruger, & Petri, 2018).

Neste sentido, deve ser ressaltado, como aponta Moraes *et al.* (2014), o papel das grandes corporações para a mudança social e a nova perspectiva voltada em repensar os seus objetivos, a razão de sua existência e finalidades. Os autores ainda esclarecem que os conceitos empresariais devem ser pensados em unir de forma harmoniosa a própria sobrevivência e competitividade dentro do cenário econômico com um maior comprometimento com a responsabilidade ambiental.

Enquanto sustentabilidade refere-se à capacidade de manter algo em um estado contínuo, o desenvolvimento sustentável envolve processos integrativos que buscam manter o balanço dinâmico de um sistema complexo em longo prazo. Logo, sustentabilidade, pode ser considerada a ideia central do desenvolvimento sustentável, uma vez que a origem, os espaços, os períodos e os contextos de um determinado sistema se integram para um processo contínuo de desenvolvimento (Munck, 2013).

A Comissão da ONU para o meio ambiente, em seu relatório *Nosso Futuro Comum*, caracteriza o conceito de Desenvolvimento Sustentável como a síntese de três objetivos: crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental. Nenhum desses três objetivos pode ser alcançado sem avanços simultâneos e inter-relacionados com os outros dois. Nenhum desses pilares pode ser analisado de forma completa isoladamente, há sempre uma interdependência recíproca (Dias, 2015).

Para Venkatraman e Nayak (2015), o desenvolvimento sustentável é entendido como um conjunto de ações de inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança, uma vez que a literatura informa que as empresas tentam alcançar metas econômicas, sociais e ecológicas de forma independente, resultando em seus negócios.

Ainda, conforme Waas, Hugé, Verbruggen, e Wright (2011), desenvolvimento sustentável como conceito possui um significado que em primeiro lugar visa atender às necessidades e aspirações humanas de tal forma a proteger o meio ambiente que compartilhamos com outras espécies vivas na Terra. Em segundo, incorpora um conjunto de características denominadas como “princípios fundamentais” e oferecem uma perspectiva sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo eles o princípio da normatividade, da equidade, da interação e do dinamismo.

Essa inter-relação entre as três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), foi traduzida para o âmbito dos negócios por John Elkington, em seu livro *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business* (Canibais com garfo e faca: a tripla linha de base nos negócios do século XXI), publicado em 1997. O tripé da sustentabilidade reflete a ideia de que as empresas devem medir o valor que geram ou destroem no âmbito econômico-financeiro, social e ambiental (Dias, 2015).

A formação da consciência ecológica, embasada no reconhecimento dos direitos

Realização:



ambientais, como um direito fundamental para a vida, certamente crescerá junto à população na medida em que se multipliquem as entidades e grupos que discutam e monitorem o seu meio ambiente (Dias, 2015). Nesse contexto destaca-se, a importância do setor privado, pois este pode potencialmente desempenhar um papel integral no desenvolvimento sustentável, fornecendo recursos financeiros e humanos, inovação, infraestrutura e tecnologia a fim de promover práticas sustentáveis por meio das organizações (Munck, 2014).

2.2 Relatórios de sustentabilidade

Para documentar, mensurar e evidenciar todos os gastos e investimentos que as organizações destinam para com o meio ambiente e a comunidade, visando promover o desenvolvimento de forma sustentável, surgem os relatórios de sustentabilidade ou os balanços sociais (FIECAFI, 2000). Estes devem oferecer uma descrição do desempenho da organização relatora, incluindo informações de cunho social, ambiental e econômico.

Balanço social surgiu na década de 70 na França, segundo Tinoco (1984, p. 10), é “[...] um instrumento de gestão e informação que visa reportar informações de cunho econômico e social, do que aconteceu e acontece na entidade, aos mais diferenciados usuários, dentre estes os assalariados”. Conforme Tinoco (2010), o Balanço Social utiliza indicadores e informações de cunho social, ambiental e econômico, para divulgar as práticas socioambientais das organizações.

Neste aspecto, empresas que possam causar maiores danos ambientais sofrem, por consequência, maiores pressões para adotar ações mais sustentáveis e, por conseguinte, divulgar informações acerca de suas ações voltadas à sustentabilidade. Estas empresas tendem a evidenciar maior volume de informações voluntárias de natureza socioambiental, para alcançarem legitimidade perante a sociedade (Sampaio, Gomes, Bruni, & Dias Filho, 2012).

O Balanço social constitui então um instrumento de controle e de tomada de decisões, de grande utilidade para a direção da empresa, permitindo melhorar o ambiente interno e clarificar alguns objetivos em médio prazo. Em alguns países o balanço social constitui um bom instrumento de trabalho para as negociações laborais entre a direção da empresa e os sindicatos (Tinoco, 2010).

Na atualidade, identifica-se alguns modelos de relatórios de sustentabilidade, vinculados à elaboração e evidenciação das informações socioambientais, como o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Ethos e *Global Reporting Initiative* (GRI).

Por entender que a simplicidade e a garantia do envolvimento do maior número de corporações, o IBASE, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar seu Balanço Social, independentemente do tamanho e setor (Tinoco, 2010).

O Instituto Ethos publicou em 2007 um Guia de Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade que buscava incentivar as empresas a perceberem quão intrinsecamente a publicação do Balanço Social está relacionada à gestão da responsabilidade social. Sendo que o objetivo principal era de apontar os elementos fundamentais na elaboração do Balanço Social, tendo como referência as metodologias IBASE e GRI. O Guia evidencia diretrizes gerais que ajudam as empresas a planejar, organizar e a divulgar as informações sobre os desafios da estratégia socioambiental e a coerência ética das operações (Instituto Ethos, 2019).

Na discussão do tema da responsabilidade social, a iniciativa de publicar um relatório que abranja, além das questões financeiras, as dimensões econômicas, sociais e ambientais do negócio cumpre dois grandes objetivos: o de ser uma ferramenta de gestão, o que permite melhor mensuração do desempenho de sua gestão sob a perspectiva da responsabilidade social, e o de ser uma ferramenta de diálogo com as partes interessadas que objetiva a construção e o refinamento contínuo do engajamento das partes interessadas (Instituto Ethos, 2019).

Outro importante modelo é o *Global Reporting Initiative* (GRI), que estrutura o relatório social sob três perspectivas: econômica, ambiental e social, denominadas *triple bottom line*. Os indicadores de sustentabilidade da GRI são padrões globais adotados, mundialmente reconhecidos como modelo para os relatórios de sustentabilidade, desde o início da GRI em 1997 (GRI, 2017).

A GRI (2017), ajuda empresas e governos de todo o mundo a entender e comunicar seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social. Isso permite que ações reais criem benefícios sociais, ambientais e econômicos para todos. Os Padrões de Relatórios de Sustentabilidade da GRI são desenvolvidos com contribuições verdadeiramente de múltiplas partes interessadas e estão enraizados no interesse público (Munck, 2013). A prática de divulgar informações de sustentabilidade inspira responsabilidade, ajuda a identificar e gerenciar riscos e permite que os usuários percebam as preocupações das organizações para com o desenvolvimento sustentável.

3 Procedimentos metodológicos

Quanto ao objetivo da pesquisa, este estudo é caracterizado como descritivo, quanto aos procedimentos adotados, a análise é documental e se utiliza da abordagem multicase. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é de cunho qualitativo, na medida em que considera a natureza dos dados analisados.

Dessa maneira, as empresas analisadas são de capital aberto com sede em Santa Catarina ou com unidades importantes instaladas no estado, comparando-se os relatórios de sustentabilidade do ano de 2017. A análise multicase é composta por 10 empresas. O instrumento para coleta de dados foi o relatório de sustentabilidade, localizado a partir de consulta ao site das próprias empresas analisadas e no site da B3. Na sequência, foram escolhidos alguns indicadores com base no modelo GRI, enfatizando-se o perfil organizacional, abordagem econômica, abordagem social, desempenho social e abordagem ambiental. A Tabela 1 contempla a relação de indicadores segregados por categorias e subcategorias, que compõem o roteiro da análise:

Tabela 1. Formulação Teórica das informações socioambientais divulgadas

Categorias	Subcategorias
A) Perfil organizacional	1.Nome da empresa relatora
	2.Principais marcas, produtos e/ou serviços
	3.Número de países em que a empresa opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.
B) Indicadores de desempenho econômico	4.Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indenizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.

	5. Apoio financeiro significativo recebido do governo.
	6. Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.
	7. Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.
C) Indicadores de recursos humanos	8. Total de empregados no final do exercício;
	9. Total de admissões;
	10. Total de demissões;
	11. Total de estagiários no final do exercício;
	12. Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
	13. Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
	14. Total de empregados por sexo;
	15. Total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos;
	16. Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados.
D) Indicadores de desempenho social	17. Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.
	18. Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, gênero e região.
	19. Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou parciais.
	20. Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.
	21. Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.
E) Indicadores de desempenho ambiental	22. Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.
	23. Porcentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.
	24. Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
	25. Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.
	26. Ações e projetos socioambientais em prol do desenvolvimento sustentável.

Nota. Fonte: Adaptado GRI (2018).

Posteriormente fez-se a coleta dos dados através de análise documental e para a compilação e registro dos mesmos foram utilizadas planilhas, tendo como método de avaliação dos dados o seguinte: aplicou-se a técnica de análise de conteúdo averiguando o cumprimento ou não de cada indicador, “atende” quando a informação foi evidenciada de forma clara e objetiva em relação ao que o indicador solicita, “atende parcial” quando a informação do item é evidenciada de forma parcial referente ao que solicita o indicador e “não atende” quando não evidenciada a informação solicitada pelo indicador.

Para cada conjunto de indicadores, considerando as quatro perspectivas da análise, conforme apresenta-se na Tabela 1, considerou-se para cada indicador tem um peso em percentual levando em consideração o número de subcategorias. Por exemplo, fazendo análise empresa por empresa o indicador da “categoria B” referente ao “desempenho econômico” tem quatro subcategorias sendo assim: “atende” equivale a 25%, “atende parcial” equivale a 12,5% e “não

Realização:



atende” equivale a peso zero “0”.

Posterior a esta etapa fez-se as somas dos percentuais de cada indicador, para se obter o desempenho individual de cada empresa analisada. Já para análise de comparação entre as empresas, seguindo o mesmo exemplo anterior, “atende” equivale ao percentual de empresas que obtiveram tal avaliação, “atende parcial” equivale ao percentual de empresas que obtiveram tal avaliação e “não atende” equivale ao percentual de empresas que obtiveram tal avaliação, posteriormente somou-se os percentuais equivalentes e dividiu-se pelo número de subcategorias do referido indicador, permitindo obter a média geral do desempenho de evidenciação de cada empresa estudada.

4 Análise e interpretação dos resultados

4.1 Análises dos dados

Após a identificação das empresas que dispunham de relatórios de sustentabilidade e que dispunham de informações referente ao ano de 2017, foram observados indicadores sob quatro perspectivas: perfil organizacional, indicadores desempenho de econômico, indicadores de recursos humanos, indicadores desempenho social, indicadores desempenho ambiental, totalizando o conjunto de 26 indicadores analisados por empresa.

Observa-se na Tabela 2, que são empresas de diversos setores e que contribuem para a economia do Estado de Santa Catarina, mas algumas também possuem atuação mundial e marcas reconhecidas internacionalmente. Importante destacar que a maioria são empresas de grande porte, com mais de 40 anos de tempo de atuação no mercado. Outra característica relevante é a quantidade de empregos gerados, tanto os colaboradores diretos, quanto os indiretos, como se destaca no decorrer da análise. Os indicadores dão uma visão geral do perfil organizacional das empresas analisadas.

A Tabela 2 apresenta de forma resumida o conjunto de indicadores da categoria “A”, enfatizando o perfil organizacional das empresas analisadas, conforme o conjunto de indicadores apresentados anteriormente na Tabela 1. Nesse tópico todas empresas analisadas apresentaram informações acerca dos indicadores de perfil organizacional.

Tabela 2. Categoria “A”- Perfil organizacional em 31/12/2017

Empresas	Perfil organizacional	Sector de Atuação, Produtos e Serviços
Celulose Irani S.A	Fundação 1941, Localização sede Porto Alegre-RS. Atua no Brasil. 2.513 Colaboradores.	Papel e Celulose. Principais produtos: Papel, Embalagem, Resina e Florestal.
Cia Hering	Fundação 1850, Localização sede Blumenau-SC. Países de atuação: 4 Países - Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai. 7.520 Colaboradores.	Têxtil e Vestuário. Principais marcas, produtos e serviços: Gestão de marcas: Hering, Hering Kids, PUC e Dzarm. Fabricação de produtos e canais de distribuição de vestuário.

JBS S.A	Fundação 1953, Localização sede São Paulo-SP. Países de atuação: Unidades produtivas em 15 países, e escritórios comerciais em 20 países. Brasil, México, Canadá, EUA, Rússia e em países da Europa, Ásia, Oceania, África e Oriente Médio. China, Alemanha, Vietnã, Austrália e outros não citados. Possui 233.797 colaboradores.	Alimentos. Principais marcas, produtos: Friboi, Seara, Swift, Primo, Pilgrim's Pride, Moy Park, Just Bare. Produtos: Processamento de Carnes bovina, suína. Ovina, frango, frango orgânico e couros.
Electro Aço Altona S.A	Fundação 1924, Localização sede Blumenau-SC. Países de atuação: 1 País - Brasil. 937 colaboradores.	Metalurgia e Siderurgia. Principais produtos e serviços: Fundidos de aço e ligas especiais; aços carbono e baixa liga; aços e ligas resistentes à abrasão, corrosão e à altas temperaturas, além de ferros de alta liga e base de níquel e superligas.
Tupy S.A	Fundação 1938, Localização sede Joinville-SC. Países de atuação: 4 Países - Brasil, México, EUA e Alemanha. 13.345 Colaboradores.	Metalurgia e Siderurgia. Principais produtos: Blocos e Cabeçotes de Ferro Fundido; Peças para Sistemas de Freio, Suspensão, Direção; Transmissão Veiculares, Conexões e Perfis de Ferro Fundido.
Cia Catarinense de Águas e Esgoto – Casan	Fundação 1970, Localização sede Florianópolis-SC. Países de atuação: 1 País - Brasil. 2.551 Colaboradores.	Água e Saneamento. Principais serviços: Distribuir Água Tratada, Coletar e Tratar Esgoto Sanitário.
Centrais Elétricas de SC S.A Celesc	Fundação 1955, Localização sede Florianópolis-SC. Países de atuação: 1 País - Brasil. 3.298 Colaboradores	Energia Elétrica. Principais produtos e serviços: Geração, Distribuição e Transmissão de Energia.
PBG S/A Portobello	Fundação 1979, Localização Sede Tijucas-SC. Países de atuação: 1 País - Brasil. 2.770 Colaboradores.	Material de Construção. Principais marcas e produtos: Revestimentos Cerâmicos, tendo como principais marcas Portobello, Portobello Shop, Oficina Portobello e Pointer.
Weg S.A	Fundação 1961, Localização sede Jaraguá do Sul-SC. Países de atuação: 12 Países - Brasil, Argentina, Colômbia, México, EUA, Alemanha, Espanha, Portugal, Áustria, Índia, China e África do Sul. 29.448 Colaboradores.	Máquinas e Equipamentos. Principais produtos: Motores Elétricos, Produtos Automação Industrial, Componentes Elétricos, Transformadores de Força e Distribuição, Tintas e Vernizes.
Engie Brasil Energia S.A	Fundação 1997, Localização sede Florianópolis-SC. Países de atuação: 1 País - Brasil. 1.048 Colaboradores.	Energia Elétrica. Principais produtos e serviços: Usinas hidrelétricas, eólicas, fotovoltaicas, a biomassa e termelétricas. Vende e compra energia convencional ou incentivada e também transmissão de energia.

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 evidencia os indicadores “B”, contemplando a análise do desempenho econômico das empresas analisadas:

Tabela 3. Categoria “B” Indicadores de desempenho econômico

	Celulose Irani	Cia Hering	JBS S.A	Electro S.A	Tupy S.A	Casan	Celesc	PBG S/A	Weg S.A	Engie B.
4	Atende	Atende	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

5	Atende	Não atende	Não atende	Atende	Não atende	Atende Parcial	Não atende	Não atende	Atende	Atende
6	Atende	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende	Atende	Não atende	Não atende	Atende Parcial
7	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende	Não atende	Não atende	Atende	Não atende	Atende	Atende

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa relação de indicadores apresentados na Tabela 3, observa-se vários indicadores não atendidos ou atendidos de forma parcial, pois a informação discriminada está apenas qualitativamente e o indicador exige concomitantemente evidência da informação quantitativa ou vice-versa. Observa-se que dos 4 indicadores observados para o desempenho econômico, apenas a Celulose Irani apresentou evidência de todos os indicadores, conforme sugere o modelo GRI observado.

A categoria econômica esboça o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo. A importância desses indicadores é que eles relatam a situação econômica da empresa no período transcorrido, e a valorização salarial de seu quadro de pessoal, sua relação com fornecedores locais que fazem parte de sua cadeia de suprimentos e se a empresa está recebendo auxílios do governo para a continuidade e ampliação de seus negócios.

A Tabela 4 evidencia a categoria “C” com os indicadores de recursos humanos. Esses indicadores demonstram a dimensão social da sustentabilidade e diz respeito aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua. São informações que retratam o capital humano das empresas, permitindo observar o porte das empresas através do número total de colaboradores, o total de admissões, número de homens e mulheres, distinção entre o maior e o menor salário, etc.. O conjunto de indicadores sociais, evidenciam como as empresas atuam nos aspectos de inclusão social de pessoas com necessidades especiais e/ou nas oportunidades de emprego para iniciantes (menor aprendiz e estagiário). Evidencia também o grau de escolaridade de seus colaboradores, a divisão de cargos de chefia, contemplando as características de gênero (homens e mulheres).

De forma geral, destaca-se na análise da Tabela 4 que nos relatórios analisados, algumas empresas não apresentaram as informações ou o fizeram de forma parcial, como, por exemplo, as empresas Cia Hering, JBS S.A., PBG S/A e Weg S.A., que não atendem ou atendem parcialmente quase todos os indicadores da categoria “C”. Com relação ao indicador sobre o total de empregados por nível de escolaridade, somente a Engie Brasil, apresentou todas as informações, conforme sugere o indicador estudado.

Tabela 4. Categoria “C” indicadores de recursos humanos

	Celulose Irani	Cia Hering	JBS S.A	Electro S.A	Tupy S.A	Casan	Celesc	PBG S.A	Weg S.A	Engie B.
8	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
9	Atende	Não atende	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Atende

10	Atende parcial	Não atende	Não atende	Não atende	Não Atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Atende
11	Atende	Não atende	Não atende	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende	Atende	Atende	Atende
12	Atende Parcial	Não atende	Atende Parcial	Atende Parcial	Não Atende	Não Atende	Atende	Atende Parcial	Não atende	Atende
13	Atende	Não atende	Não atende	Não atende	Não Atende	Atende Parcial	Atende	Não atende	Atende Parcial	Não atende
14	Atende	Atende	Não atende	Atende Parcial	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende
15	Atende Parcial	Não atende	Não atende	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende Parcial	Não atende	Não atende	Atende Parcial
16	Não Atende	Não atende	Não atende	Não atende	Atende Parcial	Atende Parcial	Não atende	Não atende	Não atende	Atende
17	Atende	Não atende	Atende Parcial	Atende	Não atende	Não Atende	Atende	Atende Parcial	Não atende	Atende

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se Tabela 4, que a Celesc apresentou maior evidência de informações de recursos humanos, atendendo ao formato de evidência de 9 dos 10 indicadores observados pelo estudo. A Cia Hering e a JBS foram as empresas com menor nível de evidência neste conjunto de indicadores observados. A Tabela 5 evidencia os indicadores de desempenho social das empresas analisadas (categoria D):

Tabela 5. Categoria “D” indicadores de desempenho social

	Celulose Irani	Cia Hering	JBS S.A	Electro A.	Tupy S.A	Casan	Celesc	PBG S.A	Weg S.A	Engie B.
18	Atende	Não atende	Não atende	Atende Parcial	Não atende	Não atende	Atende	Não atende	Não atende	Atende
19	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende	Atende	Atende	Atende
20	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende Parcial	Não atende	Não Atende	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende
21	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende	Atende Parcial	Atende	Atende Parcial

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

Os indicadores de cunho social dizem muito sobre a questão do emprego. A taxa de rotatividade pode demonstrar o quanto os colaboradores estão satisfeitos ou não em trabalhar em determinada empresa e pode servir como parâmetro para implantar melhorias e/ou ações para diminuir a taxa de rotatividade, quando for o caso. Neste conjunto de indicadores observam-se os benefícios assegurados aos colaboradores em tempo integral e o que as empresas realizam para além das obrigações legais.

Importante citar também quanto aos indicadores de acidentes de trabalho, e o quanto as

Realização:

empresas investem na questão da segurança no trabalho, treinamentos, adequações as normas de segurança e uso de equipamentos, etc., visando as condições apropriadas de saúde, segurança e bem estar dos colaboradores. Os indicadores apresentados na Tabela 5, foram atendidos pela maioria das empresas analisadas.

A Tabela 6 evidencia o conjunto de indicadores de desempenho ambiental das empresas.

Tabela 6. Categoria “E” indicadores de desempenho ambiental

	Celulose Irani	Cia Hering	JBS S.A	Electro S.A	Tupy S.A	Casan	Celesc	PBG S.A	Weg S.A	Engie B.
22	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
23	Atende Parcial	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende Parcial	Atende
24	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende	Não Atende	Atende	Atende Parcial	Atende Parcial	Atende Parcial
25	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
26	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Fonte: Dados da pesquisa.

Os indicadores de desempenho ambiental demonstram como as empresas tratam os recursos naturais por elas utilizadas em seu processo produtivo, quanto à preservação e minimização do consumo destes recursos. Ações e práticas de reciclagem, reutilização, destinação correta de resíduos, produção de produtos sustentáveis, etc., são exemplos que compõem a análise dos indicadores. Observou-se na análise que os indicadores são evidenciados pelas empresas, especialmente quanto a preocupação com meio ambiente e em investimentos para a preservação dos recursos naturais.

Quanto ao indicador subcategoria 25, referente valor monetário de multas e/ou não conformidades, algumas empresas não atenderam, entre elas a JBS, Altona S.A e a Tupy, não evidenciaram informações acerca de situações quanto a este aspecto. A evidenciação poderia indicar que houve ou não incidência de multas, porém a ausência desta indicação prejudica a interpretação dos usuários das informações. A divulgando desse indicador de forma transparente, sem omissão de dados, remete a confiabilidade dos *stakeholders* para com a evidenciação das informações. Neste caso, mesmo que sendo um aspecto negativo, destaca-se que a divulgação da informação preserva a imagem institucional.

Na sequência a Tabela 7 evidencia a análise em percentual e por empresa por categoria de indicadores, destacando-se o Nível Geral de divulgação (NGD):

Tabela 7. Análise de desempenho por empresa

Nome da empresa relatora	Categorias					Média Divulgação (NGD)
	Perfil Organizacional	Indicadores de Desempenho Econômico	Indicadores Recursos Humanos	Indicadores de Desempenho Social	Indicadores de Desempenho Ambiental	
Celulose Irani S.A	100%	100,00%	75,00%	100,00%	80,00%	91,00%

Cia Hering	100%	50,00%	20,00%	75,00%	90,00%	67,00%
JBS S.A	100%	12,50%	15,00%	37,50%	70,00%	47,00%
Electro A. Altona S.A	100%	75,00%	55,00%	62,50%	60,00%	70,50%
Tupy S.A	100%	25,00%	50,00%	37,50%	80,00%	58,50%
CASAN	100%	37,50%	60,00%	25,00%	80,00%	60,50%
CELESC	100%	75,00%	85,00%	100,00%	100,00%	92,00%
PBG S/A Portobello	100%	25,00%	40,00%	62,50%	90,00%	63,50%
Weg S.A	100%	75,00%	30,00%	62,50%	80,00%	69,50%
Engie Brasil S.A	100%	87,50%	85,00%	87,50%	90,00%	90,00%
NGD – Média por categoria (2017)						
% Atende	100%	52,50%	42%	50%	72%	
% Não atende	-	40%	38%	20%	8%	
% Atende parcial	-	7,50%	20%	30%	20%	

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados expostos na Tabela 8, nota-se que as empresas que tiveram melhor desempenho foram a Celulose Irani que atingiu NGD de 91% dos indicadores solicitados, e as empresas de energia Celesc e Engie Brasil atingindo 92% e 90% respectivamente de NGD dos indicadores.

Analisando a Tabela 7 observa-se que as categorias de indicadores que tiveram maior ênfase foram categoria “A” perfil organizacional que atingiu 100%, ou seja, todas as empresas atenderam ao que as subcategorias de indicadores solicitaram. A categoria “E” referente aos indicadores de desempenho ambiental atingiu 72% de nível geral de divulgação entre as empresas analisadas. Já as categorias de indicadores que tiveram menor destaque, ou seja, os indicadores que tiveram menor percentual de atendimento foram categoria “C” recursos humanos com 42% e categoria “D” desempenho social que atingiu 50% de indicadores atendidos.

Esta tendência justifica-se da seguinte forma: a categoria “A” apresenta a empresa, sua história, localização, setor de atuação, produtos, serviços, etc., ou seja, é o cartão de visita da mesma e precisa realmente ser muito bem elaborado, já a categoria “E” por estarem intrinsecamente ligados ao relatório socioambiental, trazendo dados relacionados ao meio ambiente, investimentos e ações, inovação e criação de produtos e processos sustentáveis, etc., acaba por impactar diretamente na imagem da empresa, visto que os consumidores estão mais conscientes e criteriosos e na hora de comprar, preferindo adquirir produtos e serviços de empresas que prezam pelo desenvolvimento sustentável.

Já as empresas que tiveram os piores desempenhos foram JBS que atingiu apenas 47% de indicadores atendidos e Tupy que atingiu 58,50% de indicadores atendidos, sendo os piores índices pertencentes à categoria “B”. De forma geral, baseando-se nos relatórios analisados, todas as empresas têm importantes projetos de inovação e tecnologias que objetivam produzir de forma sustentável, mesmo com objetivos distintos e setores de atuação diferentes.

Dessa forma, é possível destacar que as empresas colocando em prática formas de produção de energias renováveis que poluem e consomem menos, idealizando novas iniciativas para reutilização de materiais diversos utilizados nos processos produtivos, de água principalmente,

reciclagem de embalagens, etc., algumas com programas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. Destacam-se as iniciativas voltadas com as preocupações de cunho socioambiental, e a ênfase com as preocupações com o desenvolvimento sustentável.

5 Conclusões/considerações finais e recomendações

O presente estudo comparou a evidenciação de indicadores de sustentabilidade das empresas de capital aberto com sede em Santa Catarina ou que tenham unidades importantes instaladas no estado, observando as informações dos relatórios de sustentabilidade do ano de 2017.

Haja vista a não obrigatoriedade da publicação de informações ambientais e sociais, observa-se um volume significativo de informações publicadas, o que está associado com aumento da importância da temática sustentabilidade nos últimos anos. Os consumidores estão mais atentos a essas informações e já indicam preferência a produtos produzidos de forma sustentável.

A análise do conjunto de indicadores, permite perceber que as empresas evidenciam informações de natureza social, ambiental e econômica, embora bem todos os indicadores do Modelo GRI sejam apresentados nos relatórios, o que se justifica pelo aspecto voluntário da emissão das informações apresentadas no relatório de sustentabilidade. Quanto ao nível de evidenciação, observou-se que os aspectos iniciais quanto ao perfil organizacional, foram contemplados por todas elas, os aspectos ambientais foram atendidos em 72%, já os indicadores econômicos e de recursos humanos foram os que menos apresentaram evidenciação, 40% e 38% respectivamente, não foram atendidos pelas empresas estudadas.

Importante citar dados relevantes coletados e que merecem destaque, tanto em relação aos resultados, quanto a forma de apresentação dos relatórios de sustentabilidade das empresas: Celulose Irani, Celesc e Engie Brasil, bem como, quanto aos projetos, ações e práticas socioambientais destacadas no decorrer dos relatórios. Em contraponto, observou-se certa fragilidade na apresentação dos relatórios da JBS, Tupy, Weg e Portobello, por não detalharem práticas ou pela forma de apresentação das informações, que dificultam a interpretação dos usuários.

Notou-se entre as empresas analisadas, a preocupação em transcrever dados relevantes sobre seus investimentos na questão da preservação do meio ambiente, projetos sociais, treinamentos de colaboradores, segurança no trabalho, bem como, em suas operações visando à prevenção e diminuição de riscos contra desastres que possam vir a afetar negativamente a empresa e o meio onde ela está inserida. Destaca-se como limitação da pesquisa a interpretação dos pesquisadores quanto a forma de evidenciação dos indicadores apresentados pelas empresas estudadas.

De modo geral, observa-se a necessidade da disseminação da publicação de informações ambientais e sociais pelas empresas, bem como da análise pelos diversos usuários das informações, especialmente clientes ou a comunidade, visando a melhoria e o comprometimento com a evidenciação das práticas em prol do desenvolvimento sustentável.

Como sugestão para novos estudos indica-se a ampliação da amostra e do período analisado, visando comparar a evolução na evidenciação dos indicadores escolhidos pelas empresas e suas ações ou práticas em prol da sustentabilidade. Sugere-se também a utilização de outros métodos de análise e comparação dos resultados entre as empresas.

Referências

- Almeida-Santos, P. S. A., Vargas, A. J., Almeida, D. M., & Lavarda, C. E. F. (2012). Nível de disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto. *Revista contemporânea de contabilidade*, 9 (18), 63-82.
- Barbosa, J. V. S., Leismann, E. L., & Johan, J. A. (2015). Sustentabilidade na visão de gestores de micro e pequenas empresas na região do Paraná. *Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista*, 9 (2), 17-29.
- Carvalho Filho, M., Pimentel, M. S., Bertino, R. M. J., & Oliveira, A. R. L. (2018). Índice de sustentabilidade empresarial: uma análise acerca da evidenciação do passivo ambiental. *Revista Ambiente Contábil – UFRN*, 10 (1), 104-120.
- Dias, R. (2015). *Sustentabilidade: Origem e Fundamentos; Educação e Governança Global; Modelo de Desenvolvimento*. São Paulo: Atlas.
- Dinis, M. L. F., & Callado, A. L. C. (2017) Mensurando a sustentabilidade empresarial através do grid de sustentabilidade empresarial (GSE): um estudo em empresas do setor gráfico. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 6 (2), 105-122.
- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (2000). *Manual de contabilidade das sociedades por ações*: Aplicável também às demais sociedades. 5a.ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- GRI Global Reporting Initiative (2017). Recuperado 08 setembro 2018, de <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>.
- Hahn, A. V., Rezende, I. A. C., & Nossa, V. (2010). O seguro ambiental como mecanismo de minimização do passivo ambiental das empresas. *Revista Universo Contábil*, 6 (2), 61-81.
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. (2019). *Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
- Kneipp, J. M., Gomes, C. M., Bichietti, R. S., Müller, L. O., & Motke, F.D. (2018). Gestão estratégica da inovação sustentável: um estudo de caso em empresas industriais brasileiras. *Revista Organizações em Contexto*, 14 (27), 131-185.
- Kruger, S.D. & Petri, S. M. (2018). Avaliação da sustentabilidade da produção suinícola sob o enfoque das externalidades. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 137-161.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Lana, C. A. M., Bernardo, D. C. R., Nazareth, L. G. C., & Mendonça, F. M. (2011). Um estudo das ações para divulgar e consolidar o balanço social no Brasil. *RGO Revista Gestão Organizacional*, 4 (2), 311-329.
- Lima, G. A. S. F. (2009). Nível de evidenciação × custo da dívida das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20 (49), 95-108.
- Moraes, L. F. S., Pereira, L. C. J., Milani Filho, M. A. F., & Kerr, R. B. (2014) Desenvolvimento sustentável e insolvência: um estudo de empresas brasileiras. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS*, 3 (2), 39-57.

- Munck, L., & Souza, R. B. (2012). Análise das inter-relações entre sustentabilidade e competências: um estudo em uma indústria do setor eletroeletrônico. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 9 (3), 270-290.
- Munck, L. (2013). *Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências*. São Paulo: Cengage Learning.
- Munck, L. (2014). *Gestão da sustentabilidade: Um novo agir frente à lógica das competências*. São Paulo: Cengage Learning.
- Nossa, V., Rodrigues, V. R. S., & Nossa, S. N. (2017). O que se tem pesquisado sobre sustentabilidade empresarial e sua evidenciação. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11 (Ed. Especial), 87-105.
- Peixoto, E. P. A., Santos, R. R., & Luz, J. R. M. (2017). Relação da evidenciação dos gastos ambientais e desempenho econômico-financeiro de empresas potencialmente poluidoras do Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 22 (3), 36-53.
- Philippi, L. S. (2001) A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, A. L. T. A., & Mininni-Medina, N. (2001). *Educação Ambiental (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa*. (2. ed.), v.5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Sales, B., Rover, S., & Ferreira, J. S. (2018). Coerência na evidenciação das práticas ambientais das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *Revista Ambiente Contábil -UFRN*, 10 (2), 1-22.
- Sampaio, M. S., Gomes, S. M. S., Bruni, A. L., & Dias Filho, J. M. (2012). Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 8 (1), 105-122.
- Székely, F. & Knirsch, M. Responsible Leadership and Corporate Social Responsibility: Metrics for Sustainable Performance. (2005). *European Management Journal*, 23 (6), 628-647.
- Tinoco, J. E. P. (1984). *Balanço Social: Uma Abordagem Socioeconômica da Contabilidade*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- Tinoco, J. P. (2010). *Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Venkatraman, S. & Nayak, R. R. (2015). Relacionamentos entre triplo elementos da linha de fundo. *Jornal de Responsabilidade Global*, 6 (2), 195-214.
- Waas, T., Hugé, J., Verbruggen, A., & Wright, T. (2011). Sustainable Development: A Bird's Eye View. *Sustainability*, 3, 1637-1661.